

Servidor Público

Legislação Estadual

Atualizada em 11.02.2011

Legislação	Ementa
<u>Lei Estadual nº 5870, de 13 de janeiro de 2011</u>	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da Lei nº 3693, de 26 de outubro de 2001.
<u>Lei Estadual nº 5774, de 29 de junho de 2010</u>	Dispõe sobre a composição das perdas salariais dos servidores do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro
<u>Lei nº 5.596, de 14 de dezembro de 2009</u>	Dispõe sobre a comunicação aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas nos casos de insuficiência de margem consignável para pagamento de empréstimos consignados.
<u>Lei nº 5.260 de 11 de junho de 2008</u>	Estabelece o regime jurídico próprio e único da Previdência Social dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública do Tribunal de Contas, e dos servidores públicos estatutários do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei n.º 5.166, de 19 de dezembro de 2007</u>	Altera o parágrafo único do art.35-a da Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e dá outras providências disciplinando as contribuições de órgãos da administração direta.
<u>Lei n.º 5.034, de 29 de maio de 2007</u>	Altera o art. 29 da Lei nº 285/79, dispondo sobre a averbação, pelos servidores públicos estaduais, da condição de companheiros do mesmo sexo, para fins previdenciários, e dá outras providências.
<u>Lei n.º 4.765, de 19 de maio de 2006</u>	Dispõe sobre a contribuição do estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e fundações, para a manutenção do regime próprio de previdência social dos servidores estatutários do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Decreto n.º 39.397 de 01 de junho de 2006</u>	Dispõe sobre o recolhimento obrigatório da contribuição previdenciária por parte do segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro nas hipóteses que especifica, e dá outras providências.

Legislação	Ementa
<u>Lei Complementar n.º 110, de 06 de dezembro de 2005</u>	Altera dispositivos do decreto-lei n.º 220 (Estatuto dos Funcionários Públicos), de 18 de julho de 1975, e dá outras providências.
<u>Lei n.º 3.693, de 26 de outubro de 2001</u>	Concede licença maternidade e paternidade aos servidores públicos estaduais que adotarem filhos.
<u>Decreto 22.152, de 02 de maio de 1996</u>	Estabelece normas para o processo de revisão de pensões pagas pelo IPERJ.
<u>Lei n.º 2.482, de 14 de dezembro de 1995</u>	Altera a Lei n.º 2298 de 28 de julho de 1994, e dá outras providências, determinando a participação de pessoas com deficiência em concurso público em igualdade de condições.
<u>Lei n.º 1.698, de 23 de agosto de 1990</u>	Institui regime jurídico único para os servidores estaduais, e dá outras providências.
<u>Lei n.º 530, de 04 de março de 1982</u>	Dispõe sobre o reajustamento, de uma só vez, de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Decreto n.º 2.479, de 08 de março de 1979</u>	Aprova o regulamento do estatuto dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro.
<u>Decreto-lei n.º 220, de 18 de julho de 1975</u>	Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro.